



RECOMENDAÇÕES À CANDIDATURA DO PARTIDO SOCIALISTA AO PARLAMENTO EUROPEU EM 2019

A **FEC – Fundação Fé e Cooperação** é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, criada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal, num estreito diálogo e colaboração com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa. A nossa missão é **promover o Desenvolvimento Humano Integral com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça.**

Ancorada em valores e princípios sólidos, trabalhando em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global, a FEC aposta em projetos sustentáveis, com impacto e resultados transformadores junto das populações com quem trabalha, com especial enfoque em três eixos de atuação: i) Educação, Conhecimento e Competências; ii) Boa Governança e Advocacia; iii) Cidadania Global e Direitos Humanos.

Em conjunto com a Associação Casa Velha, a FEC está a liderar a iniciativa **“EUROPA+JUSTA”**, com o objetivo de promover o **consumo e produção mais justos e sustentáveis** junto dos consumidores, comunicação social, investigadores e decisores políticos na União Europeia (UE), em especial junto dos candidatos ao Parlamento Europeu em 2019.

Neste contexto, o jornal fictício **“The Fair Times”**, que acompanha este documento, perspetiva um futuro no qual o mandato do Parlamento Europeu de 2019 a 2024 resulta em **políticas de ampliação do consumo e produção responsáveis**, nos seus diversos aspetos. No decorrer da edição, são descritas as políticas adotadas e o papel central dos Eurodeputados neste processo, representando um propósito pelo qual os candidatos podem guiar o seu percurso eleitoral e político.



Com este objetivo, e de maneira a complementar o Manifesto Eleitoral do Partido Socialista (PS), **“Um Novo Contrato Social para a Europa”**, a FEC e a Associação Casa Velha gostariam de recomendar meios para o alcance desta visão, para que a **UE desempenhe um papel de liderança na regulação da produção e consumo responsáveis**, que por sua vez são fundamentais no alcance da **Agenda 2030** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das Nações Unidas (ONU).

1 Consumo e Produção Responsáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 12 prevê **“Garantir Padrões de Consumo e de Produção Sustentáveis”**. Para alcançá-lo, é necessária uma abordagem capaz de integrar diferentes agentes, desde o produtor até o consumidor final. Dessa maneira, **recomendamos que o Parlamento Europeu:**

- i) apoie mais projetos e ações que **fomentem o comércio justo, ético e responsável**, tanto no âmbito da política comercial quanto no da cooperação para o desenvolvimento;
- ii) e que **reforce a implementação e monitorização das disposições sobre desenvolvimento sustentável nos acordos de comércio da UE com países terceiros**, de forma a garantir direitos laborais, sustentabilidade ambiental e gestão dos recursos naturais e o respeito pelos direitos humanos.

O PS propõe no seu Manifesto Eleitoral uma **“grande aposta na economia circular”**, a qual vai ao encontro do Plano de Ação para Economia Circular adotado no âmbito da UE em 2015 e que promoveu uma perspetiva

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





sistémica para toda a cadeia de valor, com redução de resíduos e poluição, (re)utilização de produtos e materiais pelo maior tempo possível, e garantia de capacidade de regeneração dos recursos utilizados, para além da conformidade aos direitos humanos. Com o objetivo de avançar na implementação de dinâmicas de economia circular, **sugerimos políticas de maiores investimentos à inovação, à pesquisa e à adaptação da base industrial**, ao priorizar financiamento de projetos e negócios de economia circular e implementar meios de partilha das boas práticas, possibilitando a formulação de novos modelos de negócios circulares. Acrescentamos o necessário esforço em direção ao **empoderamento dos consumidores, a fim de tomarem decisões informadas acerca dos produtos e serviços que adquirem em relação ao impacto ambiental e social**. Ao exigir de empresas o cumprimento e adequação a normas internacionais de responsabilidade social e ambiental, por meio de legislação vinculativa no âmbito europeu, é reforçada a simbiose entre o empresariado, especialmente as pequenas e médias empresas, e as comunidades, possibilitando crescimento sustentável e justo.

Outro aspeto indispensável à visão de consumo consciente diz respeito à **aquisição pública**. A Diretiva de Aquisição Pública de 2014 da UE tornou mais simples **introduzir critérios de sustentabilidade e comércio justo nas compras públicas** pelas autoridades europeias. No entanto, há potencial para melhoria com o objetivo de assegurar que toda a aquisição pública da UE seja sustentável em 2030, e por não haver propostas do PS para este tema, recomendamos que uma estratégia e planos de ação sejam colocados em prática para incrementar o compromisso das autoridades públicas europeias em incluírem critérios de sustentabilidade para as compras públicas que realizam, apoiados por ferramentas que facilitem a comunicação de boas práticas e de **fornecedores que se adequam aos padrões exigidos, com ênfase nos fornecedores locais, fortalecendo-os**. Nesse sentido, também é necessário garantir que empresas que oferecem produtos e serviços com impacto positivo na sociedade obtenham acesso aos mercados de aquisição pública da Europa, possibilitando, portanto, a **implementação das agendas de economia circular e de eficiência de recursos dentro da União Europeia**.

Não passou despercebida, no Manifesto Eletoral do PS, a **ausência de menção dos impactos dos atuais padrões de consumo nos países europeus em países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos**. Acreditamos que a **cooperação para o desenvolvimento** é essencial para o alcance dos ODS e deve ser transversal a todos os temas abordados neste documento, por isso ressaltamos a necessidade de **avaliar toda e qualquer iniciativa em âmbito europeu em relação aos impactos externos que possui**, principalmente nos países em desenvolvimento.

Em relação ao respeito pelos direitos humanos na agricultura, Portugal e a UE têm de responder com seriedade às explorações laborais a imigrantes que trabalham em culturas intensivas, beneficiadas pela PAC. Para uma **maior coerência com os princípios da UE de respeito pelos direitos humanos**, apelamos a uma maior coerência de políticas neste sentido, tanto na política de cooperação como no próprio espaço da UE.

2

Ação Climática e Política Energética

Como bem apontado no Manifesto Eleitoral do PS, uma **estratégia europeia para a energia é indispensável**. Nesse sentido, **recomendamos políticas que incentivem a inovação tecnológica promotora do aumento da eficiência energética** que, por sua vez, **reduz emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)**. Sugerimos que atuem na **remoção das barreiras existentes** e promovam a **transição energética para fontes de energia renováveis** de maneira justa, compreendendo a perspectiva dos países em desenvolvimento. Confiamos também na implementação de uma União Energética, a fim de conferir coerência aos objetivos de um sistema energético

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





fiável, sustentável e coerente, que elimine não só a produção, mas todo o consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis, incluindo aquela produzida fora da UE.

Reconhecemos a atuação do PS de maneira convergente à ação climática na maneira como vota no PE, portanto, é condizente a continuidade da ação do Partido de maneira assertiva contra as alterações climáticas. Neste contexto, acreditamos no potencial de **revisão audaciosa das metas de descarbonização** até 2030, assumindo planos de ação concretos para os objetivos de 2030 e 2050, e implementando a sua transversalidade a todos os setores, com atenção aos transportes e agricultura. Para isso, é necessário determinar o **fim das subvenções aos combustíveis fósseis e às centrais térmicas** no âmbito europeu, instaurando ações vinculativas entre os Estados-Membros da UE. Entendemos necessária a **reforma do regime de comércio de licenças de emissão**, garantindo que os incentivos não sejam direcionados a indústrias fósseis e que cheguem a outros setores marginalizados. Assim, propomos **maiores investimentos em transportes coletivos e de baixa emissão de GEE**, e maior regulamentação do transporte aéreo e naval, devido às grandes emissões e tendências de crescimento.

Em relação às **políticas florestais e de desenvolvimento rural**, a **base comunitária deve estar no centro**, aliada à **biodiversidade**, e em especial de acordo com as especificidades de cada contexto. Recomendamos que as políticas sejam geridas pelas autoridades reguladoras e financiadoras, de forma a garantir a **articulação, complementaridade, escala e cooperação** entre os diferentes projetos de investimento. Com o foco no **bem comum** e na **coesão territorial e social**, precisamos de **sistemas florestais e agroflorestais integrados, inclusivos e sustentáveis – de base comunitária**.

Ressaltamos a importância **do apoio às regiões mais vulneráveis às alterações climáticas** para realizarem a **transição energética**, preocupando-se com os impactos das políticas europeias nos países em desenvolvimento, **evitando que os efeitos drásticos sejam apenas transferidos para outras regiões**, como ocorre com o consumo europeu baseado na matriz de energia fóssil de outros países fora da UE. Por fim, importa realçar a importância da utilização dos fundos de financiamento climático como adicionais, e não substitutos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

3 PAC e sustentabilidade

Como enfatizado no Manifesto Eleitoral do PS, a utilização do Quadro Financeiro Plurianual com a ênfase da Política Agrícola Comum (PAC) nas condições das regiões ultra periféricas são fundamentais, e para dar prioridade à **segurança alimentar** e à **agricultura de pequena escala**, acreditamos que estes devem permanecer **setores de intervenção prioritários**, com necessário **reforço dos fundos**, e atenção especial à transição para **práticas agroecológicas** e de **agricultura familiar**.

Devido à pouca especificação pelo PS sobre a PAC, orientamos algumas propostas mais aprofundadas para a implementação desta política. A sua reforma apresenta-se como uma oportunidade para melhorar a **coerência com os objetivos de desenvolvimento global**, atendendo aos fortes efeitos que possui nos países em desenvolvimento no que respeita à segurança alimentar e aos setores agrícolas. Propomos **realização de acompanhamento estratégico** dos processos locais de mudança e de alternativa no campo da gestão das zonas rurais, de modo que sejam bem-sucedidos e possam inspirar a mudança sistémica.

Recomendamos ainda que iniciativas da UE para **segurança alimentar**, como a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional (NASAN), devem ser reavaliadas de acordo com os seus impactos, inclusive qualitativamente, e a sua coerência com os ODS, envolvendo devidamente a sociedade civil dos países alvo

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





das ações. Com a finalidade de melhorar a **coerência da política para o desenvolvimento sustentável**, propomos uma **ação mais incisiva e preventiva** que se traduza em **restrições inteligentes ao comércio** e na **correção das distorções nos mercados agrícolas mundiais**, causados, nomeadamente, pelos pagamentos diretos e subsídios de exportação aos produtos agrícolas pela PAC.

Em matéria de soberania alimentar e justiça social, as **políticas de Km 0 devem ser integradas de maneira a introduzir progressivamente produtos locais nas instituições públicas**, beneficiando produtores e consumidores. Isto apenas será possível através de uma resposta agroecológica, que passa, por exemplo:

- i) pela diversificação da agricultura segundo o espaço, as condições do solo e um olhar focado na economia regional ou local;
- ii) pelo apoio à agricultura familiar através da ajuda da UE na criação de cooperativas;
- iii) pela maior participação dos pequenos agricultores nas tomadas de decisão em matéria de política agrícola;
- iv) e por um maior compromisso entre produtores e consumidores.

Ainda, a **política de biocombustíveis e agrocombustíveis** deve ser revista de maneira que seja implementada com **critérios de sustentabilidade e respeito pelos direitos humanos** na sua produção, principalmente no que toca às consequências nos países em desenvolvimento.

Vemos de maneira positiva a ênfase dada pelo PS ao **combate ao trabalho precário** e ao reforço da operacionalização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, para **combater as desigualdades** e proporcionar garantia dos vínculos laborais, remuneração justa e acesso à proteção social. Sugerimos **avanço na legislação vinculativa de respeito pelos direitos humanos, transversal a todos os setores e indústrias**, seguindo o percurso iniciado com o tratado internacional da ONU de respeito pelos direitos humanos em corporações transnacionais e outras empresas.

Acreditamos que o Partido Socialista pode ser um aliado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial no que toca o consumo e produção responsáveis, a ação climática, a política energética sustentável e justa, a segurança alimentar e a política agrícola coerente com o desenvolvimento global. Por isso, empenhamo-nos em reforçar a agenda do Partido para **estabelecer as políticas necessárias que desempenham um papel central na coesão social e territorial portuguesa e europeia, contribuindo para a Agenda 2030 de Transformar o Mundo, sem deixar ninguém para trás.**

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.

